

**VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação  
28 a 31 de outubro de 2007 • Salvador • Bahia • Brasil**

GT 5 – Política e Economia da Informação  
Comunicação oral

**ELEMENTOS DA TOTALIDADE DO CAMPO INFORMACIONAL:  
o dispositivo informacional e o estado relacional**

***ELEMENTS OF THE TOTALITY OF THE INFORMATIONAL FIELD:  
informational device and the relational state***

Valéria Cristina Lopes Wilke (PPGCI/IBICT/UFF, valwilke@terra.com.br)

**Resumo:** apresentar o fenômeno informacional considerando a noção marxiana de totalidade concreta e o campo informacional como um de seus setores. Discutir a informação, como um dos elementos dessa totalidade, tendo por referência a proposta do dispositivo informacional contemporâneo. Problematizar o Estado relacional como um dos elementos desse campo, que abrange, por suas vez, diferentes relações de poder concernentes à posse do capital informacional. Esse dispositivo pode auxiliar no entendimento da ‘mecânica’ de disputas envolvidas em torno da informação, uma vez que nele estão as relações entre os poderes e os saberes de diferentes atores sociais, presentes na condensação de forças que é o Estado relacional poulantziano.

**Abstract:** to present the informational phenomenon considering the Marxian notion of totality as one of its sectors. Discuss information as one of the elements of this totality, having as reference the proposal of the contemporary informational device. Problematize the relational State as one of the elements of this field which include, on its turn, different power relations concerning the possession of informational capital. This device may help to understand the “mechanics” of disputes around information, since it incorporates the relations among powers and knowledges of different social actors present in the concentration of forces which is the relational Poulantzian State.

## INTRODUÇÃO

Marx & Engels partem do pressuposto de que a sociedade capitalista é uma totalidade complexa formada por relações contraditórias fundamentadas na divisão clássica, existente no capitalismo, entre os que são proprietários dos meios de produção e os que são proprietários somente da força de trabalho que será vendida aos primeiros, e, por conseguinte, entre os conflituosos interesses de classe desses dois tipos de proprietários; e na divisão do trabalho.

A totalidade pode ser tomada como o todo do conjunto dos fatos e dos eventos articulados e também, no contexto de um dado objeto, em termos das diferentes relações que o determinam<sup>1</sup>. Em ambos os casos, o todo não deve ser visto de maneira fechada porque se acha em permanente abertura às novas determinações, uma vez que os agentes e as forças sociais continuam atuando na realidade social. Portanto, a compreensão da totalidade, na perspectiva marxiana, considera a articulação dos fatos da realidade social ou ainda, o contexto de um objeto em suas inúmeras relações. No primeiro caso, estamos diante da informação como um dos elementos da totalidade social; no segundo, o fenômeno informacional é, *per si*, uma totalidade social particular que aglutina as forças sociais em diferentes articulações, as quais terminam por posicionar os diversos sujeitos sociais em posições diferenciadas no ciclo informacional (da produção ao consumo).

Como corolário daquelas divisões, temos o desenvolvimento das tecnologias e competências informacionais marcadas também por elas, à proporção que esse desenvolvimento se dá dentro do fluxo da produção e da circulação do capital para sua acumulação. A informação, como um dos elementos presentes na totalidade que nos cerca, deve ser entendida como também marcada pelas contradições e divisões elementares presentes na sociedade capitalista. Uma das questões que se apresenta para a Ciência da Informação, enquanto ciência social, gira em torno da investigação sobre como as contradições se manifestam no nível informacional e como esse atua para a perpetuação daquelas. Ela nos leva a considerar a lógica do processo de privatização da informação realizado no seio da sociedade capitalista: propriedade privada dos meios de produção; apropriação privada da informação no processo de produção e acumulação do capital; produção de uma informação privada para ser consumida privadamente. Ou seja, a própria informação acha-se inserida na lógica da acumulação do capital, o que faz com que ela, por um lado, tenda a ser uma informação centralizada, hierarquizada, controlada, mercantilizada, e, por outro, objeto de disputa das lutas contra-hegemônicas que visam sua publicização não-privada e a ampliação do acesso democrático e público a ela. Esse contexto também nos abre, por sua vez, todo um espectro de discussão a respeito das políticas públicas informacionais e outros tipos de ações voltadas para a realização de uma esfera pública verdadeiramente democrática, que contribuam teoricamente para o entendimento da privatização da informação como um elemento histórico; e operem em favor de processos e movimentos que se opõem, de forma contra-hegemônica, a essa situação.

A noção de totalidade aparece mais claramente na teoria do conhecimento proposta por Marx & Engels. Ela nos conduz com frequência, a dois problemas, que aqui serão apenas indicados. O primeiro decorre de sua proximidade semântica com o termo totalitarismo (CIAVATTA, 2007). Em verdade, totalidade e totalitarismo nada têm a ver, pois esse último implica um regime político em que o Estado aparece como possuidor de um poder total frente aos cidadãos e às instituições. Em geral, líderes totalitários assumem o poder com o apoio das massas, entusiasmadas com as promessas de uma vida melhor, e, paulatinamente, desenvolvem uma forma de governo marcada por diferentes medidas como, por exemplo, a supressão das liberdades políticas, o partido único, a burocratização do aparato estatal, a instalação de polícias políticas secretas, a patrulha ideológica, a militarização da sociedade e dos quadros do partido. O segundo relaciona-se a uma compreensão equivocada da totalidade

como *o todo*, o que impediria o conhecimento sistemático e fundamentado da realidade por ser impossível abarcar, então, a totalidade do real. Para nós, hoje, ela consiste num desafio, porque estamos inseridos num horizonte teórico e prático – numa práxis – notadamente marcado pela fragmentação.

Apostar na totalidade e ainda fazer a aposta com as fichas de Marx & Engels, vistos, em geral, ou como “modernos ultrapassados” pelos discursos pós-modernos ou como “teóricos perdedores” tendo em vista a “superioridade e a supremacia” do capitalismo face às propostas analíticas e práticas do marxismo é apostar na compreensão de que a realidade é complexa, processual e ainda passível de ser conhecida mediante o deslindamento de suas partes.

O elemento que privilegiamos como o fio condutor para transitar pela totalidade é a informação. Em nossa pesquisa de doutoramento<sup>2</sup> temos como meta primeira o desenvolvimento de um dispositivo informacional que contemple a discussão do fenômeno informacional na contemporaneidade. Cremos que ele possa vir auxiliar no entendimento da ‘mecânica’ das disputas envolvidas em torno da informação, uma vez que nele estão as relações entre os poderes e os saberes de diferentes atores sociais, presentes na condensação de forças que é o Estado relacional de viés poulantziano. Nossa proposta aqui é apresentar alguns elementos teóricos que temos utilizado em nossa investigação, especialmente a noção de dispositivo e o Estado relacional.

## **A TOTALIDADE DO CAMPO INFORMACIONAL**

Da literatura da Ciência da Informação é possível depreender o entendimento perceptível que o campo informacional é complexo e variado, uma vez que seu objeto – o fenômeno informacional – possui inúmeras dimensões e diferentes portas de acesso para sua compreensão. Esse fato, em geral, tem provocado a necessidade de precisá-lo, na prática, cotejando e interligando diferentes conhecimentos que nos permitem abordá-lo. Entretanto, apesar de a expressão “campo informacional” muito aparecer e ser utilizada torna-se necessário empreender uma “desnaturalização” para que seu sentido histórico possa ser compreendido de modo mais consistente.

Partimos do pressuposto que o fenômeno matriz da Ciência da Informação consiste em um construto social delimitado por um contexto sócio-histórico determinado. A compreensão da informação como uma construção social nos leva a considerar a importante contribuição de Pierre Bourdieu quanto à reflexão acerca da dominação simbólica e à formulação do conceito de campo social.

Em sua concepção do todo social, a realidade existe atravessada pelo embate de classes sociais antagônicas, que ocupam posições diferentes nas relações de dominação, e pelo conjunto de diferentes campos sociais (microcosmos) que co-existem de forma mais ou menos autônoma uns em relação aos outros e ao todo (macrocosmo). Cada campo corresponde a um tipo de capital específico que se acha distribuído de modo desigual entre os sujeitos e classes sociais e que é objeto de disputa.

Ao estabelecer uma compreensão relacional de campo, Bourdieu entendeu que cada um é, ele mesmo, um território de lutas entre os diferentes agentes que nele atuam ocupando posições diferenciadas (dominantes e dominados) e que visam conservar e/ou transformá-lo e ainda apropriar do capital específico a cada campo. Para o sociólogo, o campo é “a *estrutura das relações objetivas* entre os diferentes agentes que são, [...] os princípios do campo”, sendo que é essa estrutura o que determina o que eles podem e não podem fazer.” (BOURDIEU, 2004, p. 23) À proporção que cada campo constitui um espaço perpassado por relações de poder e embates, então, os campos sociais são basicamente estruturados a partir da distribuição desigual de um dado capital (o científico, o artístico, por exemplo), num dado momento, entre os agentes. Nesse sentido, os sujeitos (individuais, coletivos, institucionais)

são caracterizados pela posse de um dado *quantum* social de capital – o capital social – que detêm nas mãos e que participa da estruturação do campo como um todo, o que faz com que o peso de cada agente individual ou institucional dependa do peso dos demais.

Na análise do campo científico, Bourdieu mostrou que quanto mais privilegiada for a posição de um cientista menor será sua tendência a modificá-lo estruturalmente e também sua posição, o que faz com que atue conforme as estratégias de conservação. Simultaneamente, os cientistas que ocupam posições menos favorecidas tendem a atuar para modificar a estrutura do campo e seus posicionamentos, lançando mão de estratégias de subversão. Essas ações mostram bem o quanto cada campo é um território de força “formado por uma estrutura e um campo de luta para conservar ou transformar essa estrutura.” (MATTEDI, 2006, p. 149)

A estrutura de cada um é definida pela distribuição de seu capital respectivo (por exemplo; campo científico – capital científico) entre os diferentes agentes (indivíduos e instituições). Cada campo é

“[...] o **lugar de constituição de uma forma específica de capital**. Como já estabeleci em 1975 [...] o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico [...] ” (BOURDIEU, 2004, p. 23) (grifo nosso)

Como a estrutura dos campos sociais é formada por dois pólos antagônicos, o dos dominantes e o dos dominados, os sujeitos (individuais, coletivos e institucionais) que pertencem ao primeiro universo possuem um *quantum* maior de capital relativo a um campo específico e aqueles que pertencem ao segundo universo, ao contrário, são definidos pela escassez e/ou ausência desse capital. Segundo Marteleto & Silva, cada tipo de capital é considerado por Bourdieu

“[...] como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizada em campos sociais. Os recursos são empregados pelas pessoas a partir de uma estratégia de progresso dentro da hierarquia social do campo, prática resultante da interação entre o indivíduo e a estrutura.” (MARTELETO & SILVA, 2004, p. 45)

A posse de um *quantum* de um dado tipo de capital, como o científico, por exemplo, depende do posicionamento dos sujeitos na estrutura do campo, que sempre está em *relação* ao macrocosmo; da disposição que eles têm para o aumento desse *quantum* de recursos, o que implica disputas, embates, estratégias de conservação ou de subversão, conforme a posição dos sujeitos; e, por fim, do conhecimento e domínio, em certa medida, das regras e estratégias típicas do campo.

O fenômeno informacional como um campo específico associa-se estreitamente a um saber particular, a Ciência da Informação, e também a um capital próprio, o capital informacional.

Como explica Maria Nélide Gonzalez de Gómez (2000), a Ciência da Informação deve ser identificada por um “ponto de vista” transdisciplinar organizador lançado sobre os fenômenos informacionais. Ela apresenta uma dupla condição de construção: uma epistemológica, porque produz e opera com conhecimentos científicos concernentes ao fenômeno informacional, e outra política, uma vez que a informação vem sendo considerada como elemento basilar nas atividades humanas.

O território de atuação desse saber é conformado (i) pelo conjunto dos paradigmas, princípios, métodos de abordagens, teorias, modelos, questões, temas ligados ao fenômeno informacional construídos por diferentes pesquisadores, grupos e instituições de pesquisas, nacionais e internacionais, veiculado por um elenco variado de publicações e bases de dados; (ii) pelas práticas sociais ligadas à informação, realizadas, no âmbito das classes sociais, pelos diferentes sujeitos individuais e coletivos em diversos espaços institucionais, privados, estatais e públicos. A demanda respondida por esses paradigmas, teorias, modelos explicativos e práticas sociais refere-se aos fenômenos presentes na produção, organização, recuperação, acesso e usos da informação. Portanto, esse espaço é teórico-prático.

A visibilidade adquirida pela informação que demandou uma área de saber específica, a Ciência da Informação, é também a expressão do processo em que a informação vem adquirindo autonomia e lógica próprias, sendo que em tal processo encontram-se os muros para a demarcação de um determinado campo social – o campo informacional. Como vimos anteriormente, todo campo é uma esfera da vida social que adquiriu progressiva autonomia na totalidade social, estabelecendo relações sociais e recursos específicos distribuídos desigualmente, que o diferenciam de outros campos.

O campo informacional, nesse momento de nossa pesquisa, pode ser apresentado como o espaço social de relações de poder onde se movem e atuam os diferentes sujeitos (as classes sociais, os indivíduos, as instituições privadas e públicas, as organizações privadas e públicas, os coletivos) para os quais a informação tem algum tipo de valor e interesse.

Ele nos permite refletir dialeticamente sobre a informação como um fenômeno construído socialmente, perpassado pelas contradições da totalidade social, que são decorrentes, por sua vez, das contradições presentes no modo capitalista de produção e reprodução da vida. As questões concernentes à informação, que brotam nesse campo, fornecem à Ciência da Informação seus objetos de investigação. Dentre esses, temos as estratégias e as maneiras como os grupos sociais dentro de suas classes respectivas estão (des) organizados e/ou se organizando, no âmbito do Estado-nação, quanto às disputas em torno da informação e quanto à geração, distribuição, acesso e posse do capital informacional.

Conjugado ao campo informacional acha-se o capital informacional, que é, como o científico, uma espécie de capital simbólico constituído por uma gama diferenciada de recursos distribuídos de modo desigual entre os indivíduos e suas classes sociais, as instituições e organizações públicas e privadas, conforme o espectro social de relações de poder. A posse maior ou menor do capital informacional, no confronto entre dominantes e dominados, liga-se diretamente ao modo de luta pela conservação ou transformação das relações de poder<sup>3</sup>. Por enquanto somente podemos indicar desse modo provisório a existência desse tipo de capital. Com a finalização do Dispositivo Informacional esperamos, posteriormente, ter mais subsídios para explicar a natureza desse capital e seu trânsito.

## **A INFORMAÇÃO NA REDE DAS RELAÇÕES DE PODER**

Hoje está se tornando (quase) impossível avaliar a sociedade contemporânea sem tocar em alguma relação social em que a informação não esteja presente. Isso significa que esse objeto adquiriu visibilidade constituindo-se como objeto de conhecimento e também como motivo explícito de disputas entre as classes sociais. Desde os anos 1950, as fronteiras do entendimento da informação foi se alargando: ela deixou de ser somente a informação científica e oficial e ainda aquela que estaria contida nos suportes físicos e eletrônicos para ser também a que circula no cotidiano, movimentada pelos indivíduos em suas interações comunicacionais, e participe do processo histórico de significação do mundo; ela está ainda intimamente articulada às transformações em curso nos suportes físicos e eletrônicos e na construção da realidade social do capitalismo contemporâneo.

No âmbito da Filosofia da Informação, Capurro, a partir de Heidegger, analisa a presença incontornável da técnica, especialmente as tecnologias de informação, em todas as esferas da ação humana. Ele nomeia de *ontologia digital* o horizonte onde habitamos, visto “como um projeto existencial, cujas conseqüências sociais e ecológicas são difíceis de prever” e que existe vinculado “aos avanços em campos como o da nanotecnologia e as aplicações relacionadas com uma tecnologia computacional distribuída (*ubiquitous computing*). [...]” (CAPURRO, 2003, p. 5) Recuperando a noção heideggeriana de *Gestell* (com-posição), relacionou-a “às estruturas informativas no marco de um mundo digitalmente enredado.” (CAPURRO, 2003, p. 5) Na perspectiva de Heidegger, a técnica passou a vigorar como o modo pelo qual o ser humano encontra a realidade, ou seja, a técnica emergiu como a *Gestell* (com-posição) onde o ser humano encontraria o Ser. (HEIDEGGER, 2002) Isto significa que, quando procuramos pelo sentido presente na tecnicidade da moderna técnica, nos deparamos com o fato de ela não ser um mero meio, sequer um instrumental extensivo ao corpo humano, que contribuiria para que o ser humano pudesse ir além de suas possibilidades. Na realidade, a técnica moderna apresenta-se como o desencobrimento marcado pelo sentido de exploração de toda a natureza; como o arcabouço (*Gestell*) no qual a natureza (a humana e a não-humana) se disponibilizaria como fonte de energia a ser esquadrihada, aprisionada, beneficiada, controlada, utilizada. Mais ainda, enquanto essa estrutura (arcabouço) seria a forma pela qual o ser se desvelaria para nós.

Estar num horizonte ontológico digital significa, portanto, existir-no-mundo conforme um arcabouço tecnológico digital que enfeixa o ser humano e o mundo numa realidade marcada pela instrumentalidade técnica e pelo consumo técnico dos objetos e ainda numa compreensão de realidade também ela marcada por essa com-posição.

Na hermenêutica de Capurro, a informação existe no nosso modo de interagir no mundo. Assim, o fenômeno informacional sempre está referido a um contexto social onde diferentes agentes sociais interagem, produzindo e selecionando conhecimentos. Como ele afirma:

“[...] Informação não é algo que comunicam duas cápsulas cognitivas com base em um sistema tecnológico, visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos e deveria ser concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas. Só tem sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter o caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo.” (CAPURRO, 2003, p. 09)

Na contemporaneidade temos, portanto, uma confluência de inovações organizacionais, tecnológicas, sociais, econômicas, políticas e institucionais, que estão ou promovendo rupturas ou ainda diferenciações nos contextos marcados pela acumulação do capital. No nível das inovações tecnológicas, verificamos o surgimento de novos saberes e/ou modos de articulá-los, que promovem novos instrumentos tecnológicos e maneiras de organizar o processo produtivo. Nessa esfera, as tecnologias de informação e comunicação têm sido consideradas como elementos centrais para a compreensão e para a vigência da dinâmica técnico-científica vinculada ao processo de produção e circulação do capital. Simultaneamente a esse contexto técnico-científico, assistimos também às mudanças no escopo do trabalho (sua forma, suas relações, sua regulamentação, sua teorização), uma vez que o caráter ‘informacional’ presente nele tem se tornado mais evidente e também seu papel para a valorização do capital. Essa circunstância também apresenta mudanças no âmbito

político, que tem levado à reestruturação e/ou a desestruturação de instituições e mecanismos associados às relações e formas de exercício de poder, uma vez que ocorre o aparecimento de novos atores políticos e/ou reposicionamento de antigos, o que tem provocado sobressaltos na geopolítica mundial.

Essa nova etapa do capitalismo contemporâneo Marcos Dantas (1999; 2002; 2003) vem designando como “capital-informação”, uma vez que a informação passou a ser uma fonte de valor e de produção de riqueza. Ele utiliza como pressupostos fundamentais, o conceito de etapa<sup>4</sup> e a teoria marxiana do valor. Frisamos que seu conceito de capital-informação nada tem a ver com o capital informacional como o tipo de capital relativo ao campo informacional.

Dantas integra um elenco de teóricos que acredita que a informação e a comunicação não devem ser somente analisadas pelo viés cultural-ideológico. Para ele, no capitalismo, a informação passou a ser uma fonte de valor e de produção de riqueza. Na sua fase atual estamos assistindo, graças às tecnologias digitais, a redução ao limite zero dos tempos de circulação monetária e de comunicação da informação, e a redução, ao mínimo possível, do tempo de circulação das mercadorias materiais. Como a anulação do tempo constitui-se em motor de valorização do capital, é justamente nas atividades que se realizam num tempo próximo ao zero que temos, hoje, as fronteiras da acumulação e as novas frentes de desenvolvimento do capitalismo. O próprio Marx havia percebido a relevância do tempo para o processo de circulação, uma vez que sua economia faria com que mais rapidamente o capital pudesse crescer ao longo do percurso de todo o processo de produção e de circulação. Conforme Dantas (2003, p. 04), "quanto menos tempo durar esse ciclo, mais rapidamente o capital acrescido poderá voltar à produção e tornar a crescer". No nível da produção, o tempo é economizado em decorrência da natureza dos materiais usados e das tecnologias. Entretanto, permanece ainda um tempo residual, por menor que seja, que não pode ser eliminado do processo de transformação da matéria-prima no produto final. Em relação às tecnologias, entendidas como conhecimento para a produção, elas podem contribuir para reduzir o tempo até um determinado limite, sempre diferente de zero. No nível da circulação, o capital passa por diferentes barreiras para ser acrescido, desde as crises, os desastres naturais, até o deslocamento geográfico das matérias-primas e das mercadorias. Os transportes e a comunicação têm sido usados para o diminuir esse tempo e quanto melhores forem os transportes e os sistemas comunicativos, mais o capital vai lucrar com a poupança do tempo. No que tange à mercadoria, há sempre um tempo irredutível para o seu transporte; e em relação à mercadoria-dinheiro, ela pode ser transportada na velocidade da luz, através do telégrafo, do telefone e, recentemente, pelas redes telemáticas.

Associando essa situação diagnosticada por Dantas ao capital informacional, é possível afirmar que esse trabalhador necessita, no jogo do campo informacional, ampliar seu capital informacional à proporção que alcança os recursos que transitam por esse território.

No contexto do capital-informação, podemos depreender também que as sociedades mais empobrecidas em decorrência da divisão internacional do trabalho e das relações de produção vigentes, têm menos chance de buscar o desenvolvimento econômico, pois, no contexto mundial, as maiores forças industriais acoplam seu poderio material aos sofisticados sistemas informacionais; por conseguinte, tais sociedades estão, tendencialmente, fadadas a permanecerem presas à cadeia de subinformação e a se realizarem enquanto sociedades de informações de modo precário.

O processo de desregulamentação e privatização dos meios de comunicação, nas últimas décadas do século XX, a partir dos EUA, e o advento das tecnologias de informação e comunicação promovido pela Revolução Informacional, têm concorrido para o crescimento e generalização da ampliação da discussão acerca dos direitos à informação. Podemos afirmar que, no âmbito das corporações e das empresas prestadoras de serviços, esse fato está

associado às estratégias, lutas e práticas que permitem fazer com que os que detêm o capital açambarquem mais e mais informações oriundas de diferentes empresas, instituições de pesquisas, e trabalhadores individuais e coletivos, visando o aumento do processo de acumulação do capital. No âmbito das classes que não têm a posse do capital, por um lado, a discussão dos direitos à informação, em geral, aparece ligada à informação como um dos direitos inalienáveis do cidadão, compreensão que se acha na base do desenvolvimento de políticas públicas governamentais. Por outro, também ocorre conforme a expectativa do modo de produção capitalista: a informação é um valor que o trabalhador precisa oferecer para conseguir sobreviver e realizar seu ser social, o que faz com que ele precise desenvolver competências e habilidades que permitam a ele reconhecer e fornecer informação.

## **O DISPOSITIVO INFORMACIONAL E O ESTADO RELACIONAL**

Mediante a estrutura de um dispositivo informacional estamos focando o fenômeno informacional. Devemos a Michel Foucault a construção do dispositivo como um instrumento de análise. Ele foi usado, sobretudo, a partir da metade da década de 1970, quando o teórico francês começou a se preocupar com a ‘governamentalidade’ (ou governo). Mediante o dispositivo, Foucault pretendia investigar as maneiras concretas *como* as positivities e, depois, os dispositivos agiam nos mecanismos e nas relações de poder, porque nele estariam reunidos, por exemplo, saberes, medidas organizacionais, instituições, enfim, um conjunto de elementos heterogêneos que visa modelar, capturar, administrar, gerir, controlar, governar os pensamentos, os comportamentos, as ações e os gestos humanos.

Ele assim o apresenta:

“[...] em primeiro lugar, [ele é] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. [...] entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posições, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo o dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. [...]” (FOUCAULT, 1989, p. 244)

Fundamentalmente, essa noção vem sendo utilizada em diferentes áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais para nomear o complexo de relações composto pelas diferentes práticas discursivas e não-discursivas – institucionais, organizacionais, arquitetônicas, legais, científicas, filosóficas, literárias, filantrópicas, artísticas – que ao agir na teia social e ao movimentá-la constitui os sujeitos e os organiza. Portanto, um dispositivo consiste numa rede que arregimenta diferentes elementos como as relações entre um dado fenômeno social e os sujeitos, os poderes que transitam pelas formações sociais e pelas formações discursivas, a ligação existente entre os discursos e as práticas, as ações e as idéias, os comportamentos e hábitos. Essa rede estabelece relações que geram e mesclam os sentidos na sociedade.

Vimos anteriormente que o campo informacional é uma esfera da vida social que adquiriu progressiva autonomia na totalidade social, estabelecendo relações sociais e recursos

específicos, que o diferenciam dos demais. À maneira dos outros, também o campo informacional constitui um território de forças caracterizado por uma distribuição desigual de recursos que implica, por isso, um quadro de relação de forças entre dominantes e dominados; onde os diferentes sujeitos se confrontam para conservar ou transformar essa relação de forças.

Pretendemos, a partir de agora, apresentar alguns aspectos da argumentação que estamos efetivando em nossa discussão acerca da conexão entre a informação, o dispositivo informacional e o Estado-nação. Consideramos o horizonte do campo informacional, do qual o Estado é um de seus elementos privilegiados por ser um espaço que nos permite observar os embates entre as classes sociais pela posse e/ou manutenção dos recursos informacionais. Para melhor entendermos a situação do Estado nesse campo, ele será enfocado como um *locus particular* atravessado pela lógica do campo informacional. Nele temos as ações, as estratégias, as políticas tendo em vista a distribuição dos recursos do capital informacional agenciado pelo Estado, mediante as atuações das classes sociais e/ou de seus setores predominantes em prol da defesa primeira de seus interesses no âmbito do estabelecimento do Estado relacional.

Na literatura da Ciência da Informação, esse tipo de investigação acha-se sob a rubrica do “Estado como campo informacional”. Quando vimos a necessidade de precisar a concepção de campo informacional para entender o sentido da atuação do Estado nesse contexto, percebemos que o espectro do *campo informacional* é mais amplo do que o do Estado; que esse é um dos elementos daquele; que o Estado constitui um tipo especial de participante do campo informacional por conter, por sua vez, diferentes agentes. Assim, pareceu-nos mais acertado entender o Estado como um *locus particular atravessado pela lógica do campo informacional*. Mediante o dispositivo informacional pretendemos contribuir para a ampliação da compreensão da lógica do campo informacional e da atuação do Estado como um espaço de lutas que têm em vista os recursos do capital informacional.

No fim década de 1970, em suas reflexões acerca do Estado relacional, Poulantzas travou um debate com as idéias dos “novos filósofos”, especialmente Foucault e Deleuze, e ainda acertou as contas com certas interpretações marxistas e não marxistas do Estado, que ao reduzirem-no ao ‘Estado Coisa’ ou ao ‘Estado Sujeito’<sup>+++</sup>, teriam atuado para reforçar a concepção instrumental do mesmo.

Compõe o núcleo duro de sua concepção do Estado relacional a compreensão de que as relações entre esse e a economia não são exteriores, como se apenas “de fora” aquele interviesse nessa. Como ele afirmou:

"esta separação não nos deve levar a crer em real exterioridade do Estado e da economia, como se o Estado só, do exterior, interviesse na economia. Esta separação é a forma precisa que encobrem, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e, dessa maneira em sua produção. A separação do Estado da economia e a presença-ação do Estado na economia, que não passam de uma única e mesma figura das relações do Estado e da economia sob o capitalismo, atravessam, embora modificadas, toda a história do capitalismo [...]: pertencem ao duro cerne das relações de produção capitalistas.” (POULANTZAS, 1980, P. 23)

O papel decisivo do Estado se faz presente nas relações de produção e na luta de classes (desde sua formação até sua reprodução), porque ele “concentra, materializa e encarna as relações político-ideológicas nas relações de produção e sua reprodução.” (POULANTZAS, 1980, p. 25) Por conseguinte,

“os lugares de classe, que se traduzem por poderes, consistem, no seio das relações de produção, em práticas e lutas de classe. Bem

como essas relações e a divisão social do trabalho não constituem uma estrutura econômica exterior (prévia) às classes sociais, também *não pertencem a um campo exterior ao poder e às lutas*. [...] Situar o Estado em sua ligação com as relações de produção é delinear os contornos primeiros de sua presença na luta de classes.” (POULANTZAS, 1980, p. 32)

À proporção que o Estado tem papel constitutivo na existência e na reprodução dos poderes de classes, o que demonstra sua participação nas relações de produção, o autor se contrapõe à uma posição em voga que insiste na primazia e supremacia do “social” e que afirma, como corolário, o Estado como apêndice do social.

Algumas críticas foram dirigidas por Poulantzas à perspectiva de Foucault e de Deleuze, decorrentes das leituras que fizeram do marxismo e das quais ele discordava profundamente: uma diz respeito à natureza das relações de poder e a outra a uma possível redução do poder ao Estado, que o materialismo-dialético teria realizado, na alegação deles. Poulantzas afirmou que eles acreditaram, a partir de uma dada leitura do marxismo, que as relações de poder seriam exteriores às relações de produção; defendeu, ao contrário, que todo processo econômico é já relações de poder, pois em ambos estão as relações entre as classes – logo, seus embates – ligados à exploração existente (aspecto em geral negligenciado por Foucault). Em seu julgamento rebateu, ainda, Foucault e Deleuze sustentando que o poder não poderia ser redutível e nem identificado ao Estado, ao contrário do que eles haviam afirmado em relação ao marxismo, e, também, que a análise das relações de poder entre indivíduos e/ou grupos não seria possível prescindir do Estado.

De acordo com Poulantzas (1980, p. 148), o Estado constitui-se como condensação de uma relação, i.e., como a “condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe.” No caso dos poderes de classe, temos aí a relação fundamental da exploração, qual seja, a propriedade econômica expressa o poder (a capacidade) de “destinar os meios de produção a determinadas utilizações e de dispor, por isso dos produtos obtidos” e de continuar a comandar o processo produtivo e do trabalho. (idem: p. 41) Esses poderes acham-se presentes na rede de relações entre exploradores e explorados e nas oposições entre práticas de classes diferentes. Em decorrência disso, na luta de classes, esses poderes estão inscritos num sistema de relações de classes.”

Por conseguinte, o fundamento da ossatura material do Estado deve ser procurado nas relações de produção e na divisão social do trabalho, ressaltando, porém, que não se trata aí de uma estrutura econômica em que as classes, os poderes e as lutas estariam ausentes. Isso significa que as classes sociais foram consideradas desde a “reprodução ampliada”, que incluía relações econômicas, políticas e ideológicas e envolvia o Estado, a divisão social do trabalho entre o trabalho intelectual e o trabalho manual e todo o processo de produção e circulação do capital. Nesse sentido, as relações sociais de produção foram concebidas de modo ‘ampliado’ e postas no centro de sua abordagem da luta de classes.

Outro aspecto basilar de sua teorização estabelece que as relações de poder ultrapassam em muito o espaço do Estado. Com este argumento ele respondeu às críticas de Foucault e Deleuze quanto a uma pretensa limitação do Estado ao núcleo público, o que permitiu a eles afirmarem que o poder existiria fora do Estado, tal como eles o entendem, i.e., “em uma série de lugares, supostos como fora do Estado (aparelho saúde-asilos, hospitais, aparelhos esportivos etc.).”<sup>5</sup> (POULANTZAS, 1980, p. 41) Para Poulantzas, tais lugares continuam a ser *tanto mais* lugares de poder, até porque estão integrados ao campo estratégico do Estado.<sup>6</sup> Assim, as relações de poder, fundadas no processo produtivo da mais-valia e associadas ao exercício dos poderes político-ideológico, materializam-se nestes locais, nas instituições onde se extraem o sobre-trabalho e a mais-valia, em outras em que não ocorre esta extração e no exercício dos poderes que as atravessam.

Creemos que também motivado pelas reflexões foucaultianas que ele aceitava em parte, desde que não fosse desconsiderado o foco marxiano do modo de produção capitalista, Poulantzas afirmou que as lutas de classe e as relações de poder ultrapassariam o Estado em outro sentido, pois "as relações de poder não englobam completamente as relações de classe." (POULANTZAS, 1980 p. 49) Por conseguinte, as relações de poder não se limitam e nem provêm completamente da divisão social do trabalho em classes. Tal divisão não é a origem exclusiva das relações de poder; o autor deu como exemplo a relação entre o homem e a mulher.

Quanto à relação entre o saber, as relações de poder e o Estado, Poulantzas explicou que ela teria sua origem na separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A divisão social do trabalho, baseada nas relações de produção capitalistas, constitui a condição de possibilidade do Estado moderno. Nessa divisão temos uma divisão mais elementar – a existente entre o trabalho manual do trabalho intelectual – ligada à espoliação do trabalhador direto de seus meios de trabalho e que tem como conseqüências: a separação dos aspectos intelectuais do trabalho feito pelo trabalhador direto: o trabalho intelectual (o saber) é diferente do trabalho manual, feito pelo trabalhador direto; a separação da ciência (saber) do trabalho manual, o que faz com que a ciência se torne força produtiva direta; o estabelecimento de um tipo de relação entre ciência-saber e as relações ideológicas, que legitimam ideologicamente o poder e que é instituído como resultante de uma prática científica racional (técno-ciência); a existência de relações orgânicas entre o trabalho intelectual – separado trabalho manual – e as relações de dominação política, ou seja, entre o saber e o poder capitalistas.

O autor chama atenção para o fato de que "o Estado encarna no conjunto de seus aparelhos [ideológicos, econômicos e repressivos] o trabalho intelectual enquanto afastado do trabalho manual, o que faz com que seja no Estado capitalista que a relação orgânica entre o trabalho intelectual e dominação política, entre saber e poder, se efetue de forma mais acabada." (POULANTZAS, 1980, p. 62)

Para o autor, a relação saber-poder não é apenas de ordem da legitimação ideológica, porque a separação capitalista entre trabalho intelectual e trabalho manual diz respeito à ciência e a abrange, sendo que tal separação ocorre tanto na fábrica quanto no Estado. Isto significa que esse ao agenciar a produção da ciência a transforma em uma "ciência de Estado", que está presente nos mecanismos de poder. Isto significa que a relação saber-poder, baseada no trabalho intelectual cristalizado pelo Estado ao separá-lo do trabalho manual, encontra-se inserida em sua ossatura organizacional, pois ele retrança em si a divisão social do trabalho. Em suma, o Estado tem papel constitutivo na existência e na reprodução dos poderes de classes, o que demonstra sua participação nas relações de produção. Uma vez que as funções econômicas estão sempre articuladas e baseadas nas relações de produção e considerando também que estas são a base primeira da materialidade institucional do Estado relacional – o ponto de partida para a análise das relações entre o Estado, as classes e seus embates – é possível afirmar com Poulantzas que as transformações dos Estados acham-se associadas, principalmente, às transformações das relações de produção capitalistas.

À guisa de síntese, para efetuar a articulação dos três âmbitos presentes no dispositivo de informação com o campo informacional, destacamos, portanto, que o dispositivo informacional abrange, segundo a primeira característica do dispositivo foucaultiano, um conjunto variado de discursos (exemplo maior é a constituição da própria área da Ciência da Informação que tem feito circular discursos sobre a informação, sendo que ela não é a única fonte dessa discursividade); instituições (por exemplo, os diferentes tipos de instituições como as escolas, as famílias); organizações arquitetônicas (a estrutura arquitetônica das infovias seria um exemplo desse elemento); decisões regulamentares, leis, medidas administrativas (o campo das Políticas Informacionais no âmbito estatal, por exemplo, oferece-nos alguns

exemplos dessa dimensão jurídica); enunciados científicos, filosóficos, morais, filantrópicos (hoje, por exemplo, há um imenso quantitativo de enunciados que está sendo produzido por distintas áreas de conhecimento sobre a sociedade da informação, suas conseqüências, dificuldades, obstáculos, benefícios), produções artísticas. Tais discursos nos têm levado a perceber, ver e falar sobre o papel da informação em nossa época, a ponto dela estar presente no descritor social “sociedade de informações” muito usado em sua caracterização.

No dispositivo de informação temos também a existência de jogos entre os elementos discursivos e não-discursivos em que não há posições e funções fixas, apesar de persistirem as referências sociais macro, com as classes sociais. Tais jogos implicam relações de força que, tendo a positividade de poder fazer valer e/ou validar os elementos discursivos e não discursivos, especialmente as mediações comunicacionais e informacionais, atuam junto com eles na formação de modos de ser sujeito em nossa época. Isto se deve ao fato de o conjunto saber-poder agir no assujeitamento dos indivíduos contemporâneos, seja fabricando-os (no sentido de tornar sujeito) seja assujeitando-os (no sentido de submeter), ao escorrer pelas relações sociais presentes no Estado relacional e que o dispositivo permite visualizar.

Poulantzas, concordando com Foucault, afirma que o Estado contribui para a fabricação das individualidades por meio de um conjunto de técnicas de saber (ciência) e de práticas de poder, chamadas respectivamente, por Foucault, disciplinas e normalização.

Ao discutirmos os possíveis mecanismos de controle que nos assujeitam, formando as subjetividades, torna-se preciso, no âmbito do dispositivo de informação, levar em conta o horizonte ontológico digital em que vivemos e a presença das tecnologias de informação e comunicação.

Em geral, a literatura sobre a sociedade de informações não contempla essa discussão, pois, prioritariamente, ou enfatiza a questão tecnológica e/ou não aprofunda a investigação acerca da natureza da sociedade, presente na expressão “sociedade de informações”, procedendo, no mais das vezes, na ratificação da naturalização dessa noção. A partir das reflexões que indicaram a viabilidade analítica do Estado como perpassado pela lógica do campo informacional, foi sendo clareado um caminho para o entendimento político da sociedade contemporânea de informações e ele – o Estado assim focado – tornou-se, pois, o continente que poderia abranger nosso questionamento. Por conseguinte, a dimensão política foi acrescida ao processo histórico–filosófico–científico, reconfigurando-o nesses termos: processo histórico–político–filosófico–científico.

Procuramos, agora, apenas indicar o caminho que estamos tomando para a reflexão acerca da contribuição do capital informacional para o processo do assujeitamento: o processo de tornar-se sujeito é também o de assujeitamento mediante o qual o sujeito é constituído pelas estruturas da totalidade histórico-político-filosófico-científica-informacional de uma época, ao mesmo tempo em que as institui no desenrolar da historicidade. Acreditamos que o campo informacional e o capital informacional sejam exemplos dos elementos que promovem o tornar sujeito. Ou seja, os indivíduos tornam-se sujeitos no processo de construção das estruturas da totalidade social, das quais o campo informacional é uma de suas partes, submetendo-se também às suas prerrogativas de legitimação e de manutenção, que, provisoriamente, poderiam ser nomeadas, de maneira genérica, de mecanismos, instrumentos e técnicas de vigilância e de controle.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Nossa meta foi apresentar o percurso e o desenvolvimento de nossas investigação e argumentação.

Considerando as leituras e discussões iniciais acerca do Estado-nação como *campo informacional* e das políticas de informação, tornou-se mais nítida a possibilidade de refletir

sobre o tema dessa pesquisa a partir do estabelecimento do Estado moderno e ainda dos obstáculos que enfrenta contemporaneamente, uma vez que a subjetividade dos indivíduos modernos foi nele moldada e também nele se deu o processo de assujeitamento. No processo de construção de nosso percurso teórico nos deparamos com a necessidade de refletirmos sobre o campo informacional. Optamos pela noção de campo estabelecida por Bourdieu, que implica também um determinado tipo de capital.

Privilegiamos, ainda, a compreensão do Estado pelo viés poulantziano, porque, em sua ossatura material, nas relações de poder acham-se presentes os embates entre as classes com vista à posse e uso do capital informacional e da informação como um valor a ser açambarcado pelo capital. Os recursos que circulam no campo informacional são distribuídos de modo desigual, segundo as relações sociais de força. Mediante o dispositivo informacional esperamos poder deslindar algumas contribuições do fenômeno informacional.

#### NOTAS

<sup>1</sup>Determinação não está sendo entendida conforme uma percepção simplificadora que a reduz à causalidade e que é encontrada comumente na base de críticas feitas à perspectiva marxiana: a determinação econômica no sentido da primazia causal do econômico. O termo determinação conforme seu próprio sentido etimológico vem do substantivo latino *determinatio* (limite, extremidade, fim) do verbo *determino* (marcar os limites, delimitar) que têm na origem o verbo *termino* (limitar, delimitar, fixar, separar) e o substantivo *terminus*, limite, extremidade.

<sup>2</sup>Esse trabalho é fruto da pesquisa *Os padecimentos do real no irreal ou sobre comunicação e cultura da informação na Modernidade Tardia*, que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – IBICT/UFF, sob a orientação do Professor Dr. José Maria Jardim.

<sup>3</sup>. Por enquanto somente podemos indicar desse modo provisório a existência desse tipo de capital.

<sup>4</sup> Para Dantas, devemos a Lênin o conceito de etapa, que apareceu em seu opúsculo sobre o imperialismo como a fase superior do capitalismo. O economista marxista Kondratief foi o primeiro, depois de Lênin, a dar prosseguimento teórico ao conceito de etapa para além dos ciclos curtos de expansão e de crise econômicas, estabelecidos por Marx a partir do que ele pôde observar em seu tempo, e que durariam em torno de cinco a dez anos. Para Kondratief haveria ciclos mais longos com a duração em torno de 30 a 50 anos. Esses ciclos decorreriam das condições sistêmicas promotoras, por um lado, da expansão econômica e da melhoria geral da vida dos trabalhadores e do consumo, e, por outro, da crise (períodos de retração econômica) em que situação de vida e de consumo piora. Tais condições abrangeriam as indústrias e tecnologia que alavancam o desenvolvimento; as matérias-primas e os recursos naturais disponíveis; a mão-de-obra; e os arranjos políticos e institucionais presentes nos pactos comerciais. Cada ciclo longo abrangeria diferentes momentos, desde seu surgimento até sua crise e substituição. Na crise teríamos o acúmulo de problemas que afetam o regime de acumulação, sendo que ela terminaria com a instauração de uma nova fronteira de acumulação.

<sup>5</sup> Eles teriam privilegiado, pois, uma concepção do Estado que o pulveriza em inúmeras situações que não consideram a luta de classes e que ignoram, de fato o papel do Estado.

<sup>6</sup> Conforme o autor: “Digo *tanto mais* e, *não*, embora (incluídos no Estado) porque o poder ultrapassa de muito o Estado, mesmo quando concebido em termos amplos e genéricos.” (POULANTZAS, 1980, p. 42)

#### REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 6 ed. Campinas: Papirus, 2005

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. 2003 Disponível em: <[http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm)> Acesso em: 25 junho 2004

CIAVATTA, Maria. O cidadão produtivo e emancipado: o desafio da totalidade social. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. 2007, São Leopoldo. **Anais ...** São Leopoldo: UNISINOS, 2007. 1 CD-ROM.

DANTAS, Marcos. Capitalismo na era das redes, trabalho e informação. In: ALBAGLI, Sarita, LASTRES, Helena M.M. **Informação e globalização na era do conhecimento**. São Paulo: Campus, 1999. Disponível em:

<[http://www.redesist.ie.ufrj.br/dados/nt\\_count.php?projeto=Lv11&cod=13](http://www.redesist.ie.ufrj.br/dados/nt_count.php?projeto=Lv11&cod=13)> Acesso em: 17 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. **A lógica do capital-informação**: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

\_\_\_\_\_. Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 60, 2003. Disponível em :

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452003000300002&lng=es&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000300002&lng=es&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em; 26.fev.2007.

GONZALÉZ DE GÓMES, Maria Nélide de. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1,p. 97-93, abr.1999.

\_\_\_\_\_. Para uma reflexão epistemológica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.6,n.1, p. 5-18, 2001.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. In: **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KLEIN, Otávio José. A gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos. **Estudos em Comunicação**. Portugal, n.1, abril 2007

MARTELETO, Regina Maria. Informação; elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ciência da Informação**. Brasília, v.16, n. 2, p. 169-180, 1987

\_\_\_\_\_. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Míriam A. **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa:Universitária, 2002, p.101-115

MARTELETO, Regina Maria, SILVA, Antonio B.O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**. Brasília, v.33, n. 3, p. 41-49, set-dez 2004.

MATTEDI, Marcos. **Sociologia e conhecimento**: introdução à abordagem sociológica do problema do conhecimento. Chapecó: Argos, 2006.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.